



JORNAL DA ADUA

imprensa.adua@gmail.com

/adua.andes

ADUA



Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN

www.adua.org.br

TRABALHADORES VÃO ÀS RUAS PARA BARRAR ATAQUES DO GOVERNO

Em todo o país, mais de 2 milhões de pessoas disseram "não" à proposta de Reforma da Previdência e defenderam os Serviços Públicos, no Dia Nacional de Lutas. Págs. 4/5



FOTOS: ANNELLE BEZERRA / CSP - CONLUTAS / ANDES-SN E ADUFAM

Imprensa
Os desafios da comunicação sindical contra a mídia hegemônica Pág. 3

Artigo
Norma de avaliação de desempenho docente privilegia produtivismo Pág. 8

Entrevista
O governo de ricos e brancos acredita que índio é para ser tutelado Págs. 6/7



Editorial

"Gostei do seu poeminha", disse um leitor à Quintana. O poeta replicou: "obrigado por sua opinião-zinha". Estava dizendo o poeta, que a dimensão física não indica quão "grande" é um texto. De modo similar, uma tiragem modesta não qualifica um "jornalzinho". A qualidade de nossa equipe de jornalismo, articulistas, chargistas, entrevistados e outros participantes faz deste jornal um veículo de qualidade inquestionável.

Na chamada "mídia alternativa", há também blogs, jornais, homepages, rádios livres e comunitárias que, em seu conjunto, fazem o contraponto às grandes redes da burguesia, hegemônicas na disputa por mentes e corações. Neste sentido, tanto o ANDES quanto a ADUA não tem medido esforços para "furar a bolha" da chamada "grande mídia".

Apostar na comunicação é urgente num contexto no qual juízes autorizam a famigerada censura. Em decisão liminar, a juíza Gabriela Jardon proibiu um blog de associar o termo "helicoca" ao senador Zezé Perrela, seu proprietário. Mais grave foi o episódio do cancelamento da exposição Queermuseu pelo Santander Cultural, graças à repercussão de uma postagem mal-intencionada do MBL.

E nesta crise política, não é só na censura que aposta a mídia burguesa, ela ataca também a Previdência, a legislação trabalhista "atrasada" e, ainda, associa o ambientalismo e as questões indígenas a um "atraso no desenvolvimento nacional", fazendo associação inversa com países imperialistas, tidos como expressão do "moderno". Deste modo, apoiam um desmonte programado do estado de proporções duradouras.

Resistimos e resistiremos! Por isso, dia 14 de setembro último, a ADUA, junto a diversas entidades, participou de uma grande manifestação nacional, reunindo mais de dois milhões de trabalhadores, manifestando-se contra as reformas trabalhista e previdenciária e toda a ofensiva de retirada de direitos empreendida pelo ilegítimo Governo Temer!

Mais do que isso, a ADUA aposta, junto com o ANDES, na formação política. Na segunda edição de seu curso de Formação Política, o ANDES tratou da questão indígena, bandeira histórica do sindicato. Nesta edição do jornal, os professores Welton Oda e Lino Neves abordarão esta temática tão relevante para nós, amazônidas.

Temática inspiradora para quem almeja uma sociedade sem classes. Enquanto o prédio do capitalismo pede reformas, nós queremos sua demolição. Transformações são fundamentais em nossa sociedade, "mas não essas" como diz José Seráfico.

Notas

1 Debate sobre a resolução

A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA) promoveu, na tarde do dia 21 de setembro, no auditório da entidade, um debate sobre a Resolução nº 022/2017, que trata sobre as regras do regime de trabalho docente; da carga horária e do Plano Individual de Trabalho (PIT) e do Relatório Individual de Trabalho (RIT) dos docentes da Universidade. Participaram como debatedores os professores da Ufam Henrique dos Santos Pereira e Lino João de Oliveira Neves. A norma foi revogada pelo Conselho de Administração (Consad) da Ufam, em agosto deste ano, e o debate teve como objetivo a criação de subsídios para a elaboração de uma nova resolução.

1 Cartilha sobre PDV

Elaborada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), uma cartilha sobre os impactos do Plano de Desligamento Voluntário (PDV), proposto pelo presidente ilegítimo Michel Temer, está disponível para download no site da ADUA (adua.org.br). O PDV faz parte de um conjunto de medidas que visam o desmonte dos serviços públicos e a diminuição

de políticas públicas no País para a redução de gastos e adequação a Emenda Constitucional 95, que congela por 20 anos os investimentos, principalmente nas áreas de Educação e Saúde, de acordo com análise da presidente do ANDES-SN, Eblin Farage. Ainda conforme a dirigente do Sindicato Nacional, o PDV, certamente, se replicará nos Estados e Municípios. A Medida Provisória (MP) nº 792/17, que trata sobre o PDV, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), no dia 27 de julho deste ano.

1 Ataques à Universidade

O comprometimento de atividades fins e meio e a descontinuação de programas e projetos são alguns impactos sofridos pelas universidades brasileiras, que resultam em um grave e amplo processo de enfraquecimento institucional. Considerando estas e muitas outras questões, a ADUA realizou o debate do tema 'Os Ataques à Universidade Pública', na tarde do dia 1º de setembro, na sede da seção sindical. Aberto ao público, o objetivo do encontro foi o aprofundamento das discussões para um posicionamento qualitativo e atividades eficientes de resistência, com ênfase na política educacional.

Charge



Diretoria:

Aldair Oliveira de Andrade (Presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2ª Tesoureira).

Diretor Responsável:

Welton Yudi Oda

Jornalista Responsável:

Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Reportagem:

Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)
Arnyelle Bezerra (SRTE-AM 491)
Daisy Melo

Designer/ilustradora:

Jessica Martins

Projeto gráfico:

Ángelo Lopes

Fotografias:

Arnyelle Bezerra, CSP-Conlutas, ANDES-SN, APIB e Reprodução/Internet

Chargista:

Junior Lima

E-mail:

aduasindicato@gmail.com | imprensa.adua@gmail.com

Endereço:

Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005
Manaus - Amazonas.

Impressão:

Grattech. 2000 exemplares.

>>> ALIANÇA

Comunicações alternativa e sindical lutam para 'furar bolha' hegemônica

Daisy Melo

Não são poucos os desafios da comunicação alternativa brasileira para 'furar a bolha' da mídia hegemônica. As desvantagens vão desde aspectos financeiros, espaço de evidência até o uso antiético das mídias sociais. A internet tem lugar central neste cenário, não aos moldes do redentorismo democrático, mas como estreita tábua de salvação no turbulento mar da comunicação reacionária impulsionada em tempos de golpe. Neste *front*, imprensas sindical e alternativa são aliadas.

No caminho contrário ao silêncio e à disseminação de informação manipulada, a comunicação alternativa tem obtido vitórias. Atuando com equipe colaborativa dividindo dedicação com o trabalho formal; dependente de doações e atacada por processos judiciais, os canais têm vencido disputas nesta arena. Com página no Facebook, site e canal no YouTube, os veículos têm colocado em evidência problemas políticos e sociais antes fora dos holofotes.

Foi o que ocorreu com o catador de latas Rafael Braga, 29, preso, no Rio de Janeiro, em junho de 2013, por portar material explosivo, quando, na realidade, levava produto de limpeza. Esquecida pelas poderosas

corporações midiáticas, a história do preto, pobre e único preso condenado devido às manifestações daquele ano ganhou as páginas virtuais como as da Ponte Jornalismo (ponte.org).

Exemplo neste universo, a Ponte, de 2014 pra cá, passou da invisibilidade para um incômodo para as "fontes oficiais" ao viralizar conteúdos de Direitos Humanos, Justiça e Segurança Pública. "A gente era ignorada pelas fontes oficiais e acredito que essa mudança se dá pelas pequenas iniciativas da furada de bolha", disse Maria Teresa Cruz, jornalista da Ponte, também primeiro veículo a divulgar a imagem do capitão do Exército Willian Botelho, que usou o nome 'Baltazar Nunes' para se infiltrar entre movimentos sociais e de esquerda, em 2016. A ação ilegal foi comparada à Ditadura Militar pelo juiz Rodrigo Tellini Camargo.

Parceria

Essas e outras histórias poderiam não ser contadas sem os canais alternativos, que têm em comum a abertura para a voz da população. Ponto semelhante à imprensa sindical que luta em favor da classe trabalhadora. Sob este aspecto, a parceria está posta quanto a como reportar o que é negligenciado pela grande mídia. Entre as dicas estão: organização; colaboração; cobertura de temas de gênero e raça para estímulo à unidade; conteúdo de qualidade com apuração jornalística; linguagem inclusiva além do 'sindicais' e uso vantajoso das mídias sociais.

Com essa dinâmica, a comunicação alternativa se fortalece e tem pautado a grande mídia, segundo a jornalista da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), Claudia Costa. "Devemos buscar dados para sustentar o discurso ideológico e não ficar apenas nele, fazer jornalismo de qualidade (...) sem unidade do discurso não dá para disputar com a hegemonia, que tem promovido o desmonte da luta unificada", disse. Esses ataques sucessivos, in-



clusive, fazem parte da tentativa de enfraquecimento da comunicação alternativa, explícita manobra da burguesia por sua manutenção. "Está difícil comunicar porque é altamente subversivo mostrar a realidade, por isso a perseguição à comunicação alternativa, para que a realidade não seja mostrada", afirma o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Plínio de Arruda Sampaio Júnior.

Um dos golpes baixos é a disseminação de *fake news*. Segundo estudo da Advice Comunicação Corporativa, do final de 2016, 42% dos brasileiros admitem ter compartilhado notícias falsas e só 39% disseram checá-las antes. O uso de *bots* (programas capazes de espalhar uma notícia) é mais um agravante. O recurso tem superinfluenciado a política brasileira, fato comprovado por uma pesquisa da Universidade de Oxford, de junho deste ano, no ambiente propício da pós-verdade.

Nesta espinhosa estrada, a imprensa sindical avista uma aliada: a comunicação alternativa. E, com a troca de apoio, tem o desafio de alcançar um público além da classe que representa. Na disputa dos discursos, a missão não é apenas informar, mas interessar e traduzir a luta para todos os trabalhadores, representados como parte fundamental no combate à exploração capitalista. Somar forças é o caminho.

**As fontes citadas palestraram no 5º Seminário Unificado de Imprensa Sindical, ocorrido de 14 a 15 de setembro, em Brasília.*



Estado Brasileiro: o imediato camufla a crise de longo curso

O pior da crise do presente histórico nesse Brasil de poucos é não perceber, nos efeitos agudos e perversos da conjuntura, o seu real e permanente caráter estrutural. A manifestação imediata da crise se reduzida à objetivação da superfície pode ensejar análises e saídas emergenciais e deixar intocados os seus fundamentos.

Os conflitos entre os políticos brasileiros, aparentemente de interesses divergentes, principalmente aqueles da base de sustentação do governo Michel Temer, deixam transparecer, num fiapo de vento, a turbulenta tormenta que vive a economia, assumidamente declarada como “caótica” e “necessitando de ajustes advindos das propostas de reforma” e, ao mesmo tempo, vexatoriamente revelada nos ralos da corrupção e malversação de recursos públicos na imprensa do país. Dinheiro há no Brasil, só não para as necessidades sociais.

Todo o discurso do governo é de que não há recursos suficientes para serem aplicados na saúde, saneamento básico, segurança, educação e transportes públicos por conta de um presumível “rombo” nas contas, principalmente, da previdência pública. Num discurso, reforçado cotidianamente pelos veículos hegemônicos de comunicação, essa mentira construída passa a ter conotação de verdade entre segmentos da população por falta de esclarecimentos.

Diversos segmentos sociais, entidades da sociedade civil, órgãos não-governamentais e até centrais sindicais, que sempre sustentaram a política de arrocho nos trabalhadores desde os tempos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff, começam a esperar e a tentar serem mais “povo” e menos “elite”, como se magicamente assim pudessem se transformar. E já que falamos de educação, dentro desse segmento ressalta-se a nota da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Para além desse pomposo nome, na verdade esses senhores e senhoras respondem pelas reitorias das universidades públicas federais. Que, desde sempre, foram insensíveis aos reclames, justos, de representantes das categorias de docentes, técnico-administrativos e discentes, e alinhados aos interesses do Ministério da Educação e demais órgãos do governo federal.

Nessa nota - que, a rigor, depreende-se estarem os dirigentes “jogando a toalha” e implorando que a sociedade brasileira venha em socorro do ensino superior federal -, eles não escondem que sua preocupação é tão só com dinheiro. Não que ele não seja importante e vital, mas revela que suas preocupações estão apenas no nível dos recursos financeiros cada vez mais exauridos exatamente pela postura dos governos, agora mais assumida e acintosa no governo Temer. Diz a nota que as perdas orçamentárias do setor em 2017 já estão abaixo do nível de 2016 e na ordem de 6,74% em custeio; 10% na expansão – Reuni; 40,1% em capital e 3,15% no Programa de Assistência Estudantil. Agrava-se mais que a liberação desses recursos já limitados para custeio está na ordem 75%, enquanto o de capital é de apenas 45%. Estão “chorando” que o orçamento de 2018 apenas mantém os valores de 2017, reduzindo valores do Reuni e não repondo a inflação do período, como se não soubessem disto ao compartilharem da aprovação da medida Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016 da presidente Dilma, praticamente antes de sofrer o impeachment e, agora, no governo Temer, com a Emenda Constitucional 95/2017, que congela os gastos públicos por 20 anos!

A nota da Andifes é omissa em relação à carreira dos docentes e dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs); à privatização da universidade pública, à ameaça de cobrança de mensalidades na graduação que está sendo discutida no Congresso; ao estímulo das parcerias público-privadas; à precarização das condições de trabalho nas universidades, às terceirizações nas atividades meios, à contratação de docentes por meio de Organizações Sociais; corten as políticas estudantis de moradia e bolsas, dentre outros.

Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), a ADUA nesses seus quase 40 anos de história dos bons combates em defesa e ampliação dos direitos coletivos, sobretudo do direito à educação pública, reconhece que a classe-que-vive-do-trabalho está hoje sob o mais intenso e abrangente ataque do Estado brasileiro aos direitos sociais. Os ataques do presente alcançam e antecipam a negação do futuro. Diante desse quadro de profunda regressão social, nossa ADUA “véia de guerra”, que não nasceu ajoelhada frente ao Estado burguês nem a governos, vem reafirmar que não há saída fora da luta coletiva, para o que temos que fortalecer o caminho da práxis: formação política e organização da luta. Nesse sentido, convocamos todos(as) os(as) companheiros(as) para somar forças no Dia Nacional de Lutas e Paralisações, dia 14 de setembro de 2017.

VAMOS RESISTIR!!
#nenhumdireitoamenos

Diretoria da ADUA-SS

Manaus, 11 de setembro de 2017

Dia Nacional reforça resistência na defesa dos serviços públicos

ANNYELLE BEZERRA



Annyelle Bezerra

Num momento em que os ataques aos direitos da classe trabalhadora estão cada vez mais intensos e institucionalizados, através da imposição de medidas desumanas, como a Reforma Trabalhista, que retira da população o direito à negociação de melhores condições de trabalho; a Lei das Terceirizações, que ameaça milhares de trabalhadores; e a iminente votação da proposta de Reforma da Previdência, que impedirá o acesso à aposentadoria, cresce de forma exponencial, não apenas em Manaus, mas em todo Brasil, o entendimento por parte da sociedade civil organizada de que apenas através da luta e da resistência é possível barrar os desmandos do governo ilegítimo de Michel Temer. O grito de 'basta' de mais de 2 milhões de trabalhadores que ecoou pelo país, no último dia 14 de setembro, Dia Nacional de Lutas, refuta de forma definitiva a ideia equivocada de que a população está disposta a aceitar de forma passiva as ofensivas orquestradas pelo governo.

A 1ª secretária da ADUA, Kátia Vallina, afirma que apenas a mobilização da classe trabalhadora será capaz de barrar os ataques de um governo golpista e de um congresso corrupto como o que existe no Brasil. "É pre-

ciso esclarecer a população em relação aos direitos que estão sendo retirados, tanto os ligados à Reforma Trabalhista, que já foi aprovada, quanto os relacionados à proposta da Reforma da Previdência Social", enfatiza.

Para o diretor da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) Amazonas, Gilberto Vasconcelos, é necessário lutar para que o governo não retire direitos conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras, ao longo de anos de resistência. Independente da falta de empenho das grandes centrais no enfrentamento às políticas de governo, Vasconcelos afirma que a CSP-Conlutas, juntamente com as universidades federais, o ANDES-SN, a ADUA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), fortalece a cada dia o processo de luta para barrar os ataques que se apresentam. "O Dia Nacional de Lutas do dia 14 de setembro marcou o início de uma luta contra a implementação da Reforma Trabalhista, feita à revelia da classe trabalhadora, e da Lei das Terceirizações que precariza de vez a qualidade do trabalho e as relações trabalhistas", afirmou. A CSP-Conlutas Amazonas organizou o ato, em Manaus, em parceria com a Frente de

Lutas Fora Temer Manaus e que contou com a participação de mais de 400 trabalhadores.

Com data definida pelo ANDES-SN e deliberada no Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes), em reunião realizada em agosto deste ano, a partir de discussões no Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), o Dia Nacional de Lutas surge como um espaço de debate e esclarecimento sobre os impactos políticos, sociais e econômicos das medidas autoritárias adotadas pelo governo federal e intensificadas nos últimos tempos. Espaço que, para o estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Javier Rafael Monagas, se apresenta de forma ainda escassa e que corre o risco de deixar de existir, caso seja aprovado o Escola Sem Partido, projeto destinado a conter o processo de transformação da escola num local de discussão de diversidades e de perspectivas anticapitalistas. "É bastante necessário que a população saia às ruas e converse nas praças e escolas sobre a situação política do país. Os estudantes e centros acadêmicos precisam ser chamados a fazer parte desta luta e discussão para que nos unamos em prol da defesa dos direitos sociais. Acredito que está mais do que urgente essa mobilização", avalia.

O professor do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e 2º vice-presidente da ADUA concedeu entrevista ao Jornal da ADUA sobre a 2ª etapa do curso de Formação Política e Sindical do ANDES-SN.

WELTON ODA

“O Estado brasileiro é claramente anti-indígena”, afirma docente



Nos dias 18 e 19 de agosto, em Dourados (MS), professores universitários de várias Instituições de Ensino Superior (IES), sindicalizados das seções sindicais da base do ANDES-SN, concentraram esforços no estudo sobre a questão indígena no país, da legislação aos mecanismos de exploração e da opressão aos quais os povos tradicionais têm sido submetidos no Brasil. Nessa segunda etapa do Curso Nacional de Formação Política e Sindical, que teve como tema 'Indígenas, opressão pelo viés de classe na perspectiva revolucionária', a ADUA esteve representada pelo seu 2º vice-presidente, professor Welton Oda. O docente compartilha, nesta entrevista, suas impressões a respeito do curso e reflexões sobre o papel do movimento docente na construção de alternativas e no fortalecimento da luta indígena pela liberdade, respeito e dignidade.

Desde o início do processo de formação do país, os indígenas sempre foram colocados à margem da sociedade, quando nos remetemos à estrutura de pensamento que dominou/domina no Brasil. Essa lógica ainda persiste?

Lamentavelmente, mais de 500 anos após a invasão destas terras pelos colonizadores, essa lógica está mais viva do que nunca e o extermínio cruel e impiedoso de indígenas, que nunca cessou, hoje, com um governo claramente aliado da elite branca e genocida, se torna mais sangüinário e poderoso. O Mato Grosso do Sul, por exemplo, é a nossa Palestina. Indígenas espremem-se em estreitas faixas de terra sem água potável, sem terra para plantar, mendigando e sobrevivendo graças ao apoio de ONGs e rarefeitas políticas institucionais. Conversamos, no curso, com um grupo de indígenas que havia acabado de ser expulso de um tekohá [expressão guarani que designa as retomadas de terras], de tal modo que causaria inveja a um soldado israelense: à noite, debaixo de chuva, debaixo de tiros, com um trator arrastando casas e deixando mulheres, idosos e crianças molhadas durante toda a noite, isso no inverno.

Que mecanismos de opressão e exploração a que são submetidos os indígenas são evidentes hoje e devem ser amplamente denunciados?

O Estado brasileiro é claramente anti-indígena. Suas estruturas são controladas por multinacionais que negociam *commodities* e possuem extensas propriedades territoriais, por ricos latifundiários brasileiros, por indústrias multinacionais e por empresas de mineração, acobertadas pelo judiciário, por setores do Exército, que são contrários aos interesses dos indígenas e por grandes redes de comunicação,

Não há representação indígena no Congresso e em nenhum dos poderes. Há poucos indígenas nas universidades ainda. Falta gente branca, negra, de esquerda, militante, apoiando os tekohá, falta mais integração entre o MST e os indígenas, entre o movimento negro e os indígenas. Falta gritar mais alto o indígena que há em cada brasileiro.

de propriedade destes mesmos grupos empresariais. Muitos adolescentes e jovens Guarani Kaiowá, em Dourados, por exemplo, são obrigados a abandonar a escola para cortar cana, trabalhar por salário de fome para seus alcoses, por causa da pobreza extrema. Parlamentares e empresários (alguns deles pastores) têm subido o Rio

Negro para buscar convencer indígenas sobre as “vantagens” da mineração. Já existem muitos deles que defendem essa prática. As igrejas cristãs, em seus diferentes matizes, prestam também grande desserviço aos indígenas, semeando, muitas vezes, “o espírito do capitalismo”, ou seja, a teologia da prosperidade, a moral de nossa sociedade doentia e autodestrutiva. São elas que levam determinada visão de “progresso”, de “desenvolvimento”, o que facilita a adesão de certos grupos indígenas a atividades que são nocivas ao meio ambiente e que produzem competição e outros conflitos sociais que antes não eram assim tão agudos. Igrejas chegam a impedir, em terras indígenas, certo rituais tradicionais, considerados profanos.

Com a intensificação da agenda regressiva do governo e do lobby da bancada ruralista, os conflitos envolvendo os povos indígenas não dão sinais de arrefecer. Por que os interesses do agro-



negócio são defendidos com tanto empenho por quem deveria proteger os povos originários?

Indígenas sempre foram tratados como estrangeiros em suas próprias terras porque nunca tivemos, verdadeiramente, um governo que não fosse, em grande medida, uma representação do poder colonial. Congresso Nacional, Executivo e Judiciário defendem interesses que não são nossos, porque são financiados pelos setores já mencionados anteriormente. Aos indígenas nunca coube, por exemplo, a administração da própria Funai. O governo de homens ricos e brancos ainda acredita que índio é para ser tutelado porque, claro, defender o meio ambiente e valores nos quais a igualdade social é a tônica é uma afronta para essa

gente gananciosa, capaz de vender terras e riquezas aos estrangeiros em troca de certo status político e econômico. Falta um novo Juruna, ou dois ou três, pelo menos. Não há representação indígena no Congresso e em nenhum dos poderes. Há poucos indígenas nas universidades ainda. Falta gente branca, gente negra, de esquerda, militante, apoiando os tekohá, falta mais integração entre o MST e os indígenas, entre o movimento negro e os indígenas. Falta gritar mais alto o indígena que há em cada brasileiro.

A realização do evento em Dourados, município localizado numa região que concentra o poder do agronegócio, conflitos fundiários e desmatamento foi emblemática. A que estão sujeitos os indígenas que vivem nessa região?

A confinamento, terrorismo, à ação de pistoleiros, à miséria extrema, exploração sexual de crianças, estupro, trabalho escravo e atropelamentos, que constituem a modalidade substituta da pistolagem. Como eu disse, essa região é a Palestina Indígena! Voltei com uma dor no peito, uma angústia parecida com aquela relatada por Hannah Arendt ou pelo Primo Levi, uma espécie de vergonha de ser humano. Os Guarani Kaiowá vivem e, portanto, todos nós, brasileiros, vivemos uma tragédia humanitária. Não bastasse isso, é bastante provável que, no governo dos canalhas brancos, a situação piore.

O simbolismo dessa etapa do curso nesse local, com essa realidade, dá novo gás aos militantes engajados nessa luta?

Espero que dê novo gás sim e a disposição manifesta pelos participantes é essa. Os professores paraenses já nos convidaram para realizar uma etapa regional do curso, em Belém e outras regiões propuseram o mesmo como encaminhamento para a Direção Nacional. Quanto às diferenças regionais, lamentavelmente, as demais regiões do país vivem problemas ainda mais graves do que os povos indígenas da Amazônia. Há uma visão popular muito disseminada de que o índio do Nordeste, o índio do sudeste, não são “índios de verdade” e que “índio mesmo é o da Amazônia”. Isso foi relatado em documentários e também na fala de especialistas durante o curso.

Que experiências podem ser destacadas nesse processo de Formação Política e Sindical voltado especificamente para a questão indígena?

Na verdade, a própria direção do ANDES, bem como a da maioria dos representantes das diretorias das seções sindicais, tem clareza de que falta um envolvimento maior do sindicato com a questão. De modo muito tímido, há o financiamento de ações do movimento indígena, mas é preciso avançar. Nossa presidente, Eblin Farage, conclamou lideranças indígenas, durante o curso, a cerrarem fileiras conosco na CSP-Conlutas, que é uma central idealizada para ter esse caráter “sindical e popular”, com a participação de entidades dos movimentos sociais.

Qual o papel do movimento sindical na construção de alternativas para a libertação dos povos indígenas?

Não me considero parte da visão hegemônica no movimento docente e, por isso, expresse minha posição, mas já digo, para não ter ruído de comunicação, que isso representa uma visão muito particular minha. O professor universitário, mesmo quando ligado ao sindicato, ao movimento docente, é ainda um pequeno burguês, alguém com um estilo de vida que eu chamo de “urbanoide”, é consumista, desligado do “ecologicamente correto”, vive no cimento e no asfalto e tem pouca vivência em espaços sociais como os dos indígenas. Falta vivência, falta o sindicato levar o professor para dormir numa rede, na maloca, passar dias e noites entre carapanãs e piuns, mijar no mato, tomar chibé, comer biju e sair da internet ou da frente da televisão por uns dias. Sem isso, não haverá uma real compreensão das questões indígenas, sem isso não haverá empatia e, portanto, a política sindical será mais um indigenismo, aquele apoio dado “ao outro” e, pior, sem ouvir o outro, sem compreender o indígena. Sem aproximar-se dos indígenas no dia a dia, continuaremos a apagar incêndios, a estar presentes somente quando a polícia oprime, quando a fome ataca, quando a bomba estoura. O ANDES-SN deveria estar nas terras indígenas aprendendo com eles, é isso o que sugiro: vivenciar o problema. Enquanto, durante o curso, um dorme num hotel e come num restaurante, o outro come e dorme na aldeia. É preciso avançar nesta aproximação, é preciso vivenciar a causa indígena.

>>> **TRABALHO DOCENTE**

Triunfo produtivista na lógica de avaliação do desempenho

Em 2016, com um corte mais numeroso de candidatos à promoção para classe E, já sob a regência da nova resolução 005/2015 – Consuni, que disciplinou internamente os efeitos da Lei 12.863/2013, se intensificaram as manifestações de insatisfação com as exigências determinadas pela administração superior quanto aos requisitos mínimos e sua comprovação para obtenção da promoção. Por que o segmento docente pareceu insurgir-se tão tardia e oportunisticamente contra a resolução 005/Consuni? Teria sido porque a resolução impunha a comprovação retroativa de cargas horárias mínimas não somente de atividades de ensino, mas também a comprovação da complementação de atividades de orientação acadêmica e pesquisa, extensão ou administração? A nova regra estaria impondo um padrão mínimo de desempenho acima da média ou da maioria dos docentes da universidade?

De fato, o trabalhoso e penoso processo de amearhar comprovantes não apenas das atividades relatadas ao longo de até uma década, mas também de planos de ensino aprovados e até uma avaliação docente pelos discentes de que pouco se “ouviu falar” pareceu-nos desafiador, para não dizer, desanimador. Em suma, ser novamente avaliados pelo que já teríamos sido julgados em um processo contínuo no departamento ou colegiado, pode parecer exagero, uma duplicidade. Vale ressaltar que na década passada não existia a regra, então é muito provável que ninguém ou, se muito, apenas alguns estariam precavidos. Questionados, os membros da comissão composta para propor os termos da resolução, soube que o Consuni teria ignorado o estudo feito pela dita comissão e aprovado um texto base de autoria da administração superior. Assim, não teria o Consuni representado o consenso do segmento docente das várias unidades acadêmicas ali representadas? Me parece que não. De sorte que as novas exigências de promoção levaram à necessidade de se reverem as práticas de aprovação de planos e relatórios de atividades, adequando-as à nova realidade dos requisitos promocionais, já que agora se estabelecia com rigores matemáticos uma rica miríade de atividades docentes passíveis de avaliação.

No entanto, questionada a sua competên-



cia, o Conselho Superior de Administração da Universidade Federal do Amazonas (Consad/Ufam) suspendeu a Resolução nº 22/2017. A normativa instituía as regras do regime de trabalho, da alocação de carga horária de docentes efetivos e dos procedimentos relativos à aprovação do Plano Individual de Trabalho (PIT) e do Relatório Individual de Trabalho (RIT) dos docentes. Como consequência da suspensão, a matéria voltou a ser regida pela Resolução anterior, do Conselho Superior de nº 12 de 1991. Afinal, o que querem os docentes? Ou melhor, qual o padrão de desempenho deveria ser (ou não) exigido desses servidores públicos e trabalhadores do ensino? Deverá tal padrão ser auferido por métricas puramente produtivistas e de natureza quantitativa? Todos os professores devem exercer também as atividades de orientadores de doutorados, de pesquisadores bolsistas produtividade, de extensionistas e de administradores públicos? A indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão se verificaria no conjunto da organização universitária ou não na pluriatividade de cada docente?

Essas discussões, ainda que resultem em métricas e tabelas desprovidas de significados próprios, não podem ser travadas na universidade sem a reflexão sobre a natureza diferenciada do trabalho docente e da sua relação com o Estado e a sociedade. Deve-se considerar, igualmente, os processos de globalização e de internacionalização das IES que rivalizam com o aprofundamento da precarização do trabalho docente e que se inviabilizam com o acirramento da crise do financiamento público das Ifes brasileiras. Para que isso aconteça, é necessário assegurar que esse debate se dê democraticamente e que os encaminhamentos dele decorrentes reafirmem a autonomia da Universidade.

* Perfil

**Por Henrique Pereira**

Doutor em Ecologia pela Pennsylvania State University, professor da Faculdade de Ciências Agrárias e do Centro de Ciências do Ambiente da Ufam, professor e pesquisador conveniado do Inpa e ex-presidente da ADUA.



É necessário assegurar que esse debate se dê democraticamente e que os encaminhamentos dele decorrentes reafirmem a autonomia da Universidade".

>>> **MÁ INTENÇÃO**

Desconstituir os direitos indígenas: a política do governo Temer

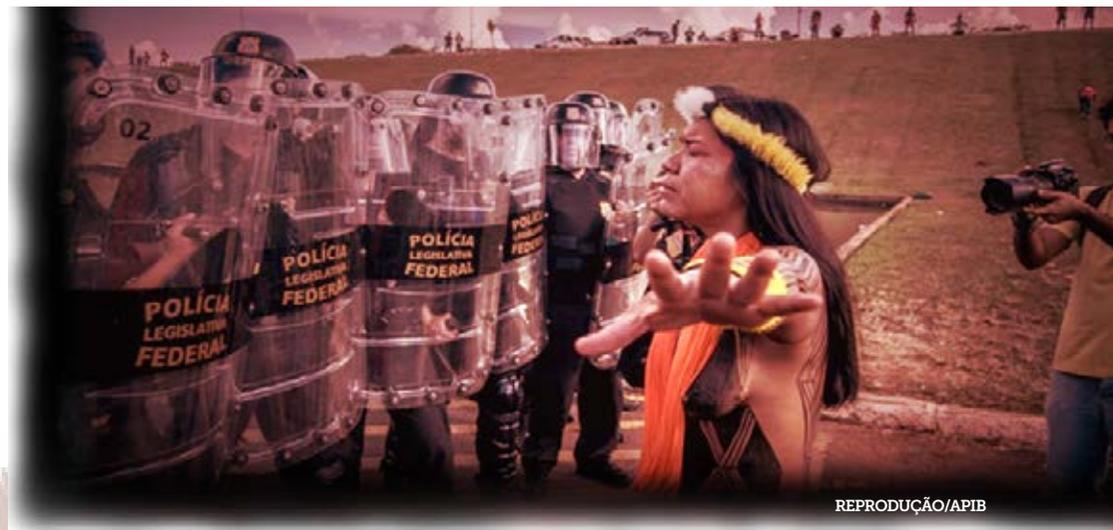
No começo de outubro a Constituição Federal completa aniversário. Há 29 anos, pela primeira vez, o Brasil reconheceu os indígenas como sujeitos políticos.

Contudo, após um breve momento de conquistas, os direitos indígenas passaram a sofrer a sistemática negação política e jurídica, sem que nem mesmo os governos populares do período de redemocratização do país se opusessem a este processo.

Para sermos honestos, devemos reconhecer que a agressão aos direitos indígenas não começa com o governo Temer. Aliás, uma honestidade que definitivamente Michel Temer não nos merece, não apenas por ser um presidente ilegítimo, mas por se colocar abertamente a serviço dos interesses que atingem os índios.

Se é fácil reconhecer que sempre houve no Brasil uma política nacional desfavorável aos povos indígenas, é igualmente fácil constatar que o governo Temer é responsável por uma política contra os índios, cujos resultados negativos são, previsivelmente, os mais nefastos à existência dos índios no Brasil.

Na longa lista de ações deflagradas contra os índios neste um ano de governo Temer, aparecem: a intenção de revogar todas as demarcações de terras indígenas realizadas no governo anterior; o apoio às alterações na Constituição Federal retirando do Poder Executivo e entregando para o Congresso a atribuição pela demarcação de terras; a afirmação do chamado “marco temporal”, que restringe os direitos territoriais indígenas à data de promulgação da Constituição de 1988; a anulação judicial de demarcações já concluídas, como recentemente ocorreu com a Terra Indígena Jaraguá, em São Paulo; a fragilização política e institucional da Funai, já um órgão totalmente debilitado e a suspensão de contratos



REPRODUÇÃO/APIB

de trabalho de agentes de saúde, precarizando ainda mais o atendimento prestado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena.

Uma lista em que muitos outros atos podem ser incluídos, como a adesão ao projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional que regulamenta a mineração em terras indígenas. Nesse sentido, o vergonhoso anúncio de extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Rencá), que a partir de sua repercussão negativa levou o Ministério Público a anular o Decreto Presidencial, é uma clara demonstração da intenção do governo Temer de entregar os recursos naturais das terras indígenas e da Amazônia ao capital internacional.

Pelo conjunto de seus atos, fica evidente a deliberada má intenção de Temer de desconstituir os direitos indígenas, ou seja, eliminar do regramento legal nacional os direitos indígenas, especialmente os territoriais que garantem aos grupos locais a possibilidade de ocuparem as terras que sempre foram de seus povos.

A partir da negação-eliminação dos direitos constitucionais indígenas, o governo constrói uma política anti-indígena que se impõe no cenário nacional como uma política de Estado na qual os indígenas não têm lugar enquanto sociedades organiza-

* Perfil

**Por Lino João de Oliveira Neves**

Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra, professor do Departamento de Antropologia da Ufam e ex-diretor da ADUA.

das e povos constituídos, mas apenas enquanto população marginal.

Se traçarmos um balanço do governo Temer, o resultado não pode ser outro: inimigo dos índios, o pior governo desde o período de Ditadura. Em enquete que realizei sobre o tema junto a colegas comprometidos com a questão indígena, a resposta recorrente foi: “anti-indígena”.

Inegavelmente, Temer promove a agressão aos direitos indígenas em seu mais alto grau, uma política anti-indígena com o objetivo claro de retirar da Constituição os direitos conquistados pela resistência indígena em cinco séculos de colonização.

>>> **SISTEMA POLÍTICO**

Reforma, sim – mas não essa!

*** Perfil**



Por José Seráfico
Advogado e professor aposentado do Departamento de Administração, da Faculdade de Estudos Sociais (FES) da Ufam.



Nada avançaremos, se as propostas em tramitação no Congresso prosseguirem e chegarem a ser aprovadas. No final, teremos uma operação cosmética, como um botox político aplicado numa face enrugada, pela desidratação e pelo acúmulo adiposo".

Seria ostensiva exibição de burrice negar a necessidade de uma reforma política. A tanto chegou o descompasso entre a sociedade e seus pretensos mandatários, que a alteração se faz uma imposição histórica, não apenas o atendimento de um clamor generalizado.

O fato de que entre nós se repete fenômeno que varre o Mundo não serve de consolo. A não ser que demos cores de fatalidade ao que se deve entender como uma construção social. Nação alguma será melhor que o desejado por sua maioria.

Não é o fato de que os atuais governantes brasileiros, usurpadores do poder, tenham batido o recorde de rejeição dos governados, que dá o tom dramático do momento. Mais grave é a resistência a qualquer decisão que reponha o País na trajetória que ameaçava pôr-nos em dia com o futuro. Pelo menos, para tornar realidade o que disse o austríaco Stephan Zweig, lá se vão tantas décadas.

Constatou-se (por isso já nem exige discussão) o fato de que a organização do sistema político, com tudo o que isso quer dizer, não tem mais condições de atender às necessidades de um povo que construiu a décima economia do mundo. A dificuldade está em como promover essas alterações e o que pôr em lugar do que se revela danoso às relações sociais.

Aqui, destaco o caráter social das relações entre seres humanos, algo essencialmente diferente das meras relações do mercado, consubstanciadas estas nas operações de compra e venda. A sociedade é mais ampla que o mercado, esse local em que oferta e procura se encontram para estabelecer um preço. Salvo em relação à ínfima minoria de pessoas, nem tudo se resume a vender e comprar.

É preciso, portanto, enxergar mais amplamente o espectro social, e propor tudo quanto pareça necessário ao alcance das potencialidades de que dispomos, materiais e humanas.

O sistema político, todos sabemos, é organizado segundo regras constitucionais. Estas, por sua vez, moldam a legislação em todos os seus aspectos. Leis de organização partidária e de exercício da atividade política, portanto, são decorrência, não causa. Assim, alterações constitucionais precedem modificações no ordenamento legal. Nada avançaremos, se as propostas em tramitação no Congresso prosseguirem e chegarem a ser aprovadas. No final, teremos uma operação cosmética, como um botox político aplicado numa face enrugada, pela desidratação e pelo acúmulo adiposo. Desidratada do interesse social, engordada pela malignidade dos interesses que a irrigam.

O financiamento das campanhas e dos partidos, por exemplo, terá que assegurar obediência aos valores maiores da disputa democrática. Isso torna inevitável eliminar a participação de dinheiro privado, de pessoas ou empresas. Bastaria o Fundo Partidário, mas não a dinheirama que os atuais congressistas pretendem ampliar. Não só isso. Para possibilitar a rotatividade do poder, entregando aos eleitores a decisão, a forma de distribuir a verba deve levar à divisão do bolo, em fatias iguais, pelos partidos que apresentarem candidatos. Só isso tornará mais importantes as propostas partidárias, enfraquecido o papel que a propaganda desempenha. A igualdade, portanto, começará por onde deve começar.

Em síntese: nada do que se faça na legislação, mantendo a Constituição atual, para atender aos piores interesses, melhorará o ambiente político e social do País.

A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, portanto, é o melhor que se pode reivindicar. É, também, o melhor que se tem a fazer.

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/08/2017 A 31/08/2017



| QUADRO DE RESUMO | Jul/2017 | Ago/2017 |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| RECEITAS | R\$ 87044,15 | R\$ 119.766,89 |
| DESPESAS | R\$ - 81.245,35 | R\$ - 171.228,14 |
| RESULTADO LIQUIDO DO MÊS | R\$ 5.798,80 | R\$ 51.461,25 |
| Saldo Banco do Brasil | R\$ 56.094,51 | R\$ - |
| Saldo Fundo de caixa | R\$ 514,36 | R\$ 1.615,73 |
| Saldo Aplicações Banco do Brasil | R\$ 537.068,92 | R\$ 571.341,14 |
| SALDO ATUAL | R\$ 593.677,79 | R\$ 572.956,87 |

* Confira a prestação de contas, na íntegra, no site da ADUA.

>>> RESTRIÇÃO À ARTE

Censura cresce em tempos de intolerância e indica barbárie

Daisy Melo

O cancelamento da exposição 'Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira', no início de setembro, no Santander Cultural, em Porto Alegre, acendeu um amplo debate. Encampada principalmente por membros do Movimento Brasil Livre (MBL), a ação impregnada de intenções políticas foi justificada, em uma interpretação mal-intencionada, que alegava a presença de conteúdo pedófilo e zoofílico. O episódio é classificado por especialistas, ouvidos pelo Jornal da ADUA, como clara censura.

“A censura ocorre quando patrocinadores ou proprietários das chaves dos espaços, ou ainda autoridades de governo, interferem por diferentes e, muitas vezes, inconfessáveis razões, no projeto anteriormente aprovado, mutilando as obras ou obrigando o curador a retirá-las da exposição”, disse o diretor do Museu da Amazônia, Ennio Candotti. A censura prospera em tempos de autoritarismo e intolerância, afirma. “É uma forma do poder político, econômico ou religioso, se expressar ou afirmar sua autoridade. Trata-se de sinais de barbárie, agressões aos direitos humanos, que devem ser denunciados e combatidos”.

Em uma clara defesa à relatividade da apreciação da arte, o artista amazonense e professor aposentado da Ufam, Otoni Mesquita, ressalta que falar sobre o tema é como “gritar para surdos que não querem utilizar o aparelho, ou seja, explicar que a criação artística pode ter vinculações diretas com o real, mas não é a realidade”, acrescentando que “são interpretações, releituras e fantasias. As obras não devem ser encaradas com objetividade prática. Sugestões podem ser lidas de forma diferenciadas”.

A necessidade de pensamento livre de preconceitos é considerada na análise da artista visual e professora de Artes da Ufam, Priscila Pinto. “Para se fruir arte contemporânea é preciso ter a mente aberta ao estranhamento; entender que os conceitos são tão importantes quanto a



FOTOS QUEERMUSEU - TADEU VILANI E ISADORA NEUMANN/AGÊNCIAS RES

obra que se apresenta. Para se chegar ao mínimo de percepção sobre a arte contemporânea, é preciso passar daquilo que agrada aos olhos, digerir o que é potencialmente indigesto e se permitir fazer múltiplas leituras”. A artista ressalta que o papel dos espaços artísticos é justamente propiciar essa reflexão. “A arte pode ser bela, feia, desconfortável, estranha, ofensiva, não importa... pode nos fazer questionar sobre seus sentidos, ao invés de aceitá-la placidamente ao primeiro contato, mas precisa ter um espaço de apreciação que dê chance a esses retornos, a outros olhares, novas descobertas”, afirma.

Essa riqueza de significados é evocada pela professora da Ufam e doutora em Antropologia Social, Deise Lucy Montardo. “A arte, por reunir pesquisa e sentimento, trabalha numa amplitude maior de significados e é algo imprescindível no que hoje entendemos por humanidade”. A educadora também traz a mesa de debates o fato da mostra ter sido encerrada sem o prévio diálogo com o curador, Gaudêncio Fidelis. “Este fato deixou exposto que o Centro Cultural usa da arte para fazer marketing. Os artistas são como antenas da sociedade, eles antecipam debates, que, muitas vezes, a ciência ainda demorará para alcançar”.

Fechar espaços provedores de abertura de pensamento e análise crítica, essencial na formação do cidadão, representa um desserviço à sociedade e retira a possibilidade da experiência estética. Ao evitar o diálogo, essa atitude representa uma vitória para o pensamento retrógrado. Para os censores, segundo Candotti, restará serem lembrados como símbolos-caricatura da intolerância por uma lamentável exibição de estupidez explícita.



 **COLUNA FALA JURÍDICO**

Por força da Medida Provisória (MP) nº 792, de 26 de julho de 2017, foi instituído o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) para os servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional no âmbito do Poder Executivo federal.

Segundo o texto da Medida, o PDV tem por objetivo a diminuição de gastos com folha de pessoal através de estímulo à ruptura do vínculo funcional com a União, mediante mecanismo de incentivo financeiro.

A MP prevê que o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estabelecerá, a cada exercício, os períodos de abertura do PDV e os critérios de adesão ao programa, como órgãos e cidades de lotação dos servidores, idade, cargos e carreiras abrangidos.

Tal providência já foi tomada em relação ao exercício de 2017 pela Portaria nº 291/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 13 de setembro de 2017, a qual estabeleceu que o prazo para adesão ao PDV inicia na data de publicação da Portaria e se encerra em 31 de dezembro de 2017, tratando também dos demais aspectos do programa.

Somente poderão aderir ao PDV servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, o que demonstra que a precarização do quadro funcional composto por estes servidores tornou-se, efetivamente, uma política de gestão de recursos humanos no âmbito do Poder Executivo federal.

É vedada a adesão ao PDV de servidores: investidos exclusivamente em cargo de provimento em comissão; em estágio probatório; que tenham completado os requisitos para a aposentadoria; que tenham se aposentado em cargo ou função pública e reingressado em cargo público inacumulável; que estejam habilitados em concurso público para ingresso em cargo público federal, dentro das vagas oferecidas no certame na data de abertura do processo de adesão; con-

denados a perda do cargo em decisão judicial transitada em julgado; afastados por motivo de prisão em flagrante ou preventiva determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão; e afastados em virtude de licença por acidente em serviço ou para tratamento de saúde quando acometidos pelas doenças consideradas graves pelo Artigo 186 da Lei nº 8.112/90 ou por outras leis.

A MP não veda aos servidores que estejam respondendo a sindicância ou a processo administrativo que optem pelo PDV, porém a adesão somente produzirá efeitos se não for aplicada a pena de demissão ou, no caso de aplicação de outra penalidade, após o seu cumprimento.

Na hipótese de servidor que participe ou tenha participado de programa de treinamento regularmente instituído, às expensas do Governo Federal, a adesão ao PDV está condicionada ao ressarcimento integral ou proporcional das despesas havidas, a serem compensadas por ocasião do pagamento da indenização.

O PDV prevê um “incentivo financeiro” para a adesão, que consiste no pagamento de uma indenização correspondente a 125% da remuneração mensal por ano de efetivo exercício na administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. Este pagamento será iniciado após publicação do ato de exoneração, mediante depósitos mensais em conta corrente, em parcelas correspondentes à remuneração, até a quitação do valor.

Independentemente da data de ingresso do servidor nos quadros funcionais da União, a sua exclusão do Regime Próprio de Previdência Social mediante a adesão ao PDV importará em prejuízos financeiros, sobretudo aos servidores que fazem jus às garantias de paridade e integridade.

Fernanda Kelen

Advogada (OAB/AM 11.739) do Gomes e Bicharra Advogados Associados, da Assessoria Jurídica da ADUA.

 **COMENTÁRIO DO LEITOR**



Eduardo Saraiva

À luta companheiros. (Sobre o encaminhamento da Reunião da Ifes para a realização do Dia Nacional de Luta e Mobilização, no dia 14 de setembro).



Geraldo Sá Peixoto Pinheiro

A ADUA nos representa. Sempre!

(Sobre a condenação da Ufam ao pagamento de progressão funcional em atraso a sindicalizada da ADUA).



Rodrigo Balbi

Que isso sirva de exemplo, pois o assédio moral é presente no serviço público. (Sobre a assinatura do acordo para combater o assédio moral dentro da Ufam, realizada pela reitoria, após quase três anos de espera).



Antonio P. Oliveira

Ótima entrevista. Muito esclarecedora. E, sobre um tema fundamental. Não se pode pensar um projeto de sociedade sem se pensar a formação. Mas tenho a impressão que de um ponto de vista das classes dominantes já não existe mais nenhum interesse em formação de uma nação. Parece que essa é uma tarefa nossa. Parabéns pela explanação, professora Sílvia Conde.

(Sobre a entrevista que teve como tema a Reforma do Ensino Médio, publicada no site da ADUA).

 **AGENDA**



Congresso

Os docentes José Alcimar de Oliveira, Aldair Andrade, Marcelo Vallina e Laura Miranda foram os delegados escolhidos para representar a ADUA no 3º Congresso Nacional da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), nos dias 12 a 15 de outubro, em Sumaré (SP). A eleição ocorreu na Assembleia Geral do dia 11 de setembro. Em caso de desistência dos professores, a vaga será ocupada pela delegada suplente, Elizandra da Silva, docente de Parintins.



Encontro

Trocar experiências de luta e resistência contra os ataques dos patrões e governos no continente americano. Esse é o principal objetivo do 1º Encontro da Classe Trabalhadora das Américas, a ser realizado nos dias 16 e 17 de outubro, na capital paulista. O evento é organizado pela Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, da qual faz parte a Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas). Para confirmar a participação, é necessário entrar em contato pelos e-mails: secretaria@cspconlutas.org.br e internacional@cspconlutas.org.br.



Seminário

Em cumprimento às Resoluções do 36º Congresso do ANDES-SN, ocorrido em janeiro deste ano, o Grupo de Trabalho de Políticas Agrárias, Urbanas e Ambientais (GTPAUA) realiza, nos dias 23, 24 e 25 de novembro, em São Luís (MA), um seminário nacional com o tema 'Desafios Atuais das Questões Agrárias, Urbanas, Ambientais, Indígenas e Quilombolas'. O evento é voltado para às seções sindicais do ANDES-SN.